



**Ata da 41ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento e
Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo – CPDCN –
13\12\2024**

Aos treze dias do mês de dezembro de 2024, realizou-se a reunião ordinária de forma presencial do CPDCN (Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo), gestão 2021 – 2024, de forma presencial na Secretária da Justiça e Cidadania – SJC, situada na Rua Guaiunases, 1024 – Campos Elíseos – São Paulo da qual passo a relatar todo o seu conteúdo e contou com as seguintes presenças: representantes da sociedade civil Agnaldo Benedito de Oliveira; Carlos Eduardo da Silva; Clarina de Souza Genaro; Décio de Oliveira Vieira; Gil Marcos Clarindo dos Santos; Jean Herbert Rodrigues da Rocha; João Cesar Ferreira; Maria Aparecida de Souza Costa Silva;. Representantes governamentais: Claudia Cristina da Silva, Secretária de Desenvolvimento Econômico; Eloy Miguel Silva de Oliveira, Secretária Segurança Pública; Robson Silva Ferreira, Secretária da Justiça e Cidadania; Thais Prado Horta, Casa Civil. Justificativas – Sociedade Civil: Marlene Alves da Costa; Roseli de Oliveira S. Santos; Sandra Regina Baptista dos Santos Silva, Governamentais: Ligia Maria Carvalho Azevedo Soares - Secretária da Saúde; Márcia Cristina Moraes, Secretária da Agricultura e Abastecimento e Vinicius Conceição da Silva, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Maria Lúcia dos Santos – Apoio aos Conselho (CPDCN) – Secretária da Justiça e Cidadania - SJC. Convidados (as) – Vania Maria Soares – Fórum Interreligioso – SJC; Debora Cristina Nunes – Conselho de Jaú/SP e Dr. Raul Cristhiano de Oliveira Sanchez – Secretário Executivo da Justiça e Cidadania. O Presidente Gil Marcos faz a abertura da reunião, agradecendo e saudando todos os conselheiros presentes e convidados. E solicita que se apresente a convidada, Sra. Debora Nunes, que se apresenta e informa que mesmo com todas as dificuldades seu grupo conseguiu retomara as atividades do Conselho da Comunidade Negra de Jaú, destacando ainda sua luta em favor das pautas raciais, as quais contou com o apoio do poder público do município e se coloca à disposição para colaborar no que for possível. O Presidente Gil Clarindo destaca que a atualização do nosso regimento interno será adiada por hora e que participou de uma primeira reunião com a comissão eleitoral para a próxima gestão e entende que a gestão 2021-2024 deverá ter o mandato prorrogado devido as atividades que estão por vir como a Conferência Estadual e a Conferência Nacional que já tem data definida, assunto que será abordado pelo conselheiro Robson Ferreira. O Conselheiro Robson Ferreira diz entender que a atual gestão do CPDCN deve ter seu mandato prorrogado pois avizinha-se as conferências mencionadas, além do trabalho de aprimoramento do Regimento interno o que deve ser feito ainda nessa gestão e por conseguinte conduzir o processo de eleição e instalação da nova gestão do CPDCN. Observa que já teve uma conversa prévia sobre essas questões com o secretário e este anuiu a



proposta de prorrogação do atual mandato do CPDCN. Informa ainda que, como já foi divulgado o documento do Ministério da Igualdade Racial - MIR, para a realização da conferência nacional, já está trabalhando para a realização da conferência estadual e para isso já se reuniu com alguns representantes de nossa comunidade, como o Gil, Ivan e Julião a fim de discutir esses encaminhamentos, entende que a nacional já tem data definida, ou seja 25/07 de 2024, a estadual deverá acontecer até o mês de maio de 2025. Para a comissão da Organização da Conferência Estadual, deverá compor com até 20 pessoas, representando os vários seguimentos da Comunidade Negra do Estado. Para isso, está organizando e articulando a documentação, bem como a composição da Comissão Organizadora, o que deve ocorrer em breve. O Presidente Gil Clarindo comenta que com 20 pessoas escolhidas com critério, não deverá haver grandes debates e a organização deverá ocorrer com tranquilidade. O Conselheiro Eloy Miguel, pede a palavra, e diz que é preciso prestigiar os conselheiros na participação dessa comissão, pois temos alguns conselheiros muito envolvidos com o trabalho do CPDCN. O Conselheiro Robson comenta que vai definir e escolher os conselheiros a participarem da comissão bem como representante da OAB, Zumbi dos Palmares, Unegro, Conem, Quilombação, etc. Sua proposta é que seja uma conferência do Movimento Negro com a participação de vários atores sociais. Informa ainda que está contatando e preparando uma documentação para que a Conferência Estadual seja realizada pela UNESP ou UNICAMP. Dr. Raul Cristiano faz um resumo dos motivos que levaram a sugerir a reunião do CPDCN no Palácio dos Campos Elísios, já que a sede na Antônio de Godoy está em trabalho de reforma, informa ainda que esse palácio ainda vai sofrer reformulações pois é um projeto do governo do Estado mudar sua sede de governo para o bairro Campos Elísios. Para isso, toda a região deverá sofrer uma grande reforma, inclusive o Palácio, razão pela qual a SJC está com sede provisória. Compreende que, em sintonia com o secretário Dr. Fábio, a atual gestão do Conselho da Comunidade Negra deverá ter seu mandato prorrogado em face das diversas atividades a serem executadas que, no seu entender, devem ser conduzidas pela atual gestão. Com relação ao tempo de prorrogação, deixa a cargo dos conselheiros atuais a definição bem como a definição da prorrogação. Informa ainda que nesse interim, vai ainda trabalhar no sentido de que o Plano Estadual de Igualdade Racial seja aprovado ainda nessa gestão, gestão essa que tem trabalhado para a conclusão desse trabalho por meio do presidente Gil. Explica que é contra a atual posição de renovação de mandato, crê que deveria haver mecanismos de continuidade a serem aprovados, para as novas gestões, que ao seu ver deram certo, e que o grupo que realmente trabalha para o aprimoramento da sociedade deve continuar o trabalho. Compreende que a renovação de membros dos Conselhos deve obedecer determinados critérios, pois sabe que em algum momento será preciso promover a escolha de novos líderes e novos conselheiros, porém é a favor da recondução daqueles mandatos dos que

realmente trabalham, quantas vezes forem precisos. Gil Clarindo questiona a recondução com os conselheiros que não são tão envolvidos com os trabalhos do CPDCN ou os conselheiros faltantes. Dr. Raul Cristhiano infere com relação ao questionamento do Gil, que para isso uma das atividades desse grupo de conselheiros é atuar na reformulação do Regimento interno, o que irá prever essas dicotomias, promovendo assim uma maior interação nos trabalhos dos conselheiros e é um dos motivos para a presente sugestão de prorrogação do atual mandato do CPDCN. Dr. Robson Ferreira informa que a questão da suplência e do afastamento do conselheiro que não cumpra com suas obrigações de função, está na pauta da reformulação regimental. O Sr. Renato Azevedo chega à reunião e se apresenta como representante da cidade de Santos e relata que já foi conselheiro em outra gestão, relata o motivo de sua presença nessa reunião, que é de agradecimento pelo apoio e participação do CPDCN no Fórum das Cidades Antirracistas promovido pelo Ministério Público - MP, Movimento ODS 30, Coletivo Feminista Antirracista, realizado nas dependências do SESC/Santos e mais 11 representantes dos municípios do Litoral, totalizando a participação de 122 pessoas. Tiveram o aceite de vários prefeitos e seus representantes ao projeto do MP. Informa ainda que dois assuntos principais foram desenvolvidos no presente evento, são eles, Trabalho e Renda e Empreendedorismo Negro. Sugere que se crie mecanismos para que os municípios tenham voto nas atividades do Conselho Estadual, bem como força política em sua composição. Cida Costa informa que a instalação da comenda ou a medalha Professor Eduardo de Oliveira pelo CPDCN está em processo de conclusão e espera que em breve poderemos concluir mais esse projeto. O Presidente Gil Clarindo informa que o processo de aprimoramento do Regimento interno está na Assessoria Jurídica da SJ, e que em breve retornará a pauta do conselho. Destaca a importância da cidade de Eldorado ter eleito o seu Conselho da Comunidade Negra, além de Jaú também ter conseguido retomar o trabalho contra o preconceito racial. O Conselheiro Robson sugere que o mandato do Conselho Estadual seja prorrogado até o mês 8/25, pois é quando estará terminado o processo das conferências em questão. Carlos Eduardo comenta que é preciso fazer um trabalho de resgate aos temas e propostas dos municípios que já tiveram sua conferência realizada, com relação a prorrogação de mandato, concorda com a necessidade presente, mas informa da importância de haver renovação dos quadros do conselho no sentido de trazer os jovens para participarem dessas atividades. Gil Clarindo relembra que o problema recorrente no conselho é a comunicação, pois não temos um canal atualizado de comunicação com nossa comunidade e isso interfere sobremaneira em nossas atividades, já que hoje a comunicação correta e atualizada é uma necessidade. Carlos Eduardo corrobora com a informação do Gil, acrescentando que em suas visitas em escolas e faculdades, fica claro nossa falta de estrutura de comunicação com essas entidades. O Presidente Gil Clarindo comenta que o MP recebeu a sugestão de criar um selo para ser

outorgado às cidades que desenvolvem o projeto Cidade Antirracista, nesse caso seria escolhido o Conselho para fazer essa outorga, sendo ainda o órgão fiscalizador desse projeto. Eloy Miguel comenta que é contra a recondução de membros do conselho para cargos no sentido continuísta e propõe uma enquete para saber a posição dos conselheiros presentes, o que foi feito em formato de perguntas individuais, tendo como resultado, 80% dos conselheiros presentes se posicionaram a favor de uma renovação e contra a recondução. Décio Vieira informa que após enquete, os conselheiros presentes aprovaram a prorrogação do atual mandato para finalizá-lo em data a ser definida, observando que os conselheiros em sua maioria são contra a recondução a função. Jean Herbert questiona se há algum recurso previsto para os municípios que aderem ao projeto de Cidades Antirracista. O Presidente Gil Clarindo afirma que também é contra uma recondução, porém aceita o que os conselheiros decidirem, lembra ainda que há conselheiros que nunca participam e esses devem serem excluídos dos quadros futuros do CPDCN. A Vice-presidente Cida Costa se posiciona a favor de um processo de recondução desde que a gestão demonstre um trabalho constante e atuante no sentido de desenvolver a missão do Conselho. Crê ainda que devemos ponderar mais quanto a exclusão de conselheiros, pois o CPDCN também apresenta falhas, como por exemplo a dificuldade em melhorar e aprovar seu regimento interno. Jean Herbert crê que poderemos reconduzir o conselheiro que está apresentando um trabalho constante no conselho. Robson Ferreira esclarece que podemos pensar em uma pauta ou uma reunião a qual decidiremos a recondução apontada. Clarina Genaro informa que no evento ocorrido em Bariri contou com a presença de 150 pessoas e representantes de 15 municípios, agradece a presença do Conselheiro Eloy e Dra. Roseli, destaca ainda a retomada de conselhos que estavam inativos em alguns desse municípios presentes ao evento. O Gil Clarindo parabeniza o Município de Bariri o qual teve sua aprovação no SINAPIR. Carlos Eduardo comenta sobre o evento em Franca, com 4 dias de evento contou com apoio do executivo local e houve o lançamento do SESC Franca e mais o aniversário da Cidade. Contou com a participação de diversas autoridades do Município e de toda a região, agradece o apoio o CPDCN pelo apoio e participação. Dr. Agnaldo solicita o apoio político do CPDCN, pois foi criado no município de Piracicaba uma coordenadoria, porém foi extinguido o Centro de Documentação o qual é um importante órgão que preserva a memória das lutas raciais na região. Informa que vai se reunir em breve com deputados da região e um dos assuntos que vai levar é a necessidade de se dirigir emendas parlamentares ao Conselho. Comenta ainda que com relação as câmeras nos uniformes policiais foi uma luta do conselho e esses policiais, ao saírem para as atividades externas tem que estarem com as câmeras ligadas. Vânia Soares saúda todos os conselheiros presente e afirma que quando há necessidade acha justo haver uma recondução ao cargo desde que haja um trabalho efetivo desse conselheiro, porém entende que esse assunto deve ser trabalhado na reforma do regimento. Informa ainda que o



tempo de prorrogação do atual mandato do CPDCN o ideal seria de 1 ano, pois vê ainda uma série de compromissos a serem trabalhados com pouco tempo e que são compromissos da atual gestão. Informa que no Fórum Inter religioso, apenas nesse ano recebeu mais de 300 denúncias de intolerância religiosa, das quais 133 viraram expedientes. Sugere que o conselho estenda sua atividade no sentido em campar o trabalho de fiscalização dessas denúncias e da aplicação das leis em vigor. Em sua opinião isso iria minimizar a questão racial. Comenta ainda sobre uma feira literária que conheceu no Rio de Janeiro, evento que pode perceber o empoderamento das mulheres negras com relação a literatura. Acredita que o Fórum ainda deve trabalhar de forma transversal em conjunto com o CPDCN no sentido de desenvolver ainda mais a luta racial no Estado de São Paulo. Eloy Miguel solicita a palavra e propõe, para aprovação, a prorrogação do atual mandato do CPDCN em 1 ano. Cida Costa comenta que faz parte do Conselho da mulher e lá estão discutindo o racismo estrutural, bem como trabalha as questões raciais no serviço público e afirma que lá as coisas acontecem. Estão ainda desenvolvendo um projeto de solicitar cotas raciais nas empresas que prestam serviços para a prefeitura. Sem mais a discutir no momento, o presidente Gil Clarindo encerra a reunião e eu Décio de Oliveira Vieira (conselheiro), redigi a presente ata.